



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0456/11	DATA: 11/05/2011
INÍCIO: 14h42min	TÉRMINO: 15h58min	DURAÇÃO: 01h16min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h16min	PÁGINAS: 32	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RODRIGO ALENCASTRO – Advogado de defesa da Deputada Jaqueline Roriz.
WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA – Testemunha arrolada pela defesa.
LEONARDO MOURA SOARES – Testemunha arrolada pela defesa.

SUMÁRIO: Oitiva de testemunhas.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavra ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Declaro aberta a 6ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Convido o Sr. Deputado Carlos Sampaio a tomar assento à Mesa e anuncio a presença dos advogados da Sra. Deputada Jaqueline Roriz, Dr. Rodrigo Alencastro e Dr. Pedro Braule Júnior.

Encontram-se sobre as bancadas cópia da ata da 5ª reunião.

Indago aos Srs. Deputados se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O Sr. Deputado Wladimir Costa solicita a dispensa da leitura da ata.

Em discussão a ata sobre a mesa. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão.

Aprovada a ata da 5ª reunião.

Comunicações.

Correspondências recebidas em 4 de maio de 2011:

Ofício do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre processos que envolvem a Deputada Jaqueline Roriz, no que tange às empresas Patamar Manutenção de Domínios Ltda. e Sapiens Tecnologia de Informações Ltda.

Em 5 maio de 2011:

Ofício do Procurador-Geral da República, encaminhando cópia do laudo pericial elaborado pelo Instituto Nacional de Criminalista, que instrui inquérito em curso no Supremo Tribunal Federal contra a Deputada Jaqueline Roriz.

Informo aos novos conselheiros que os autos do processo encontram-se à disposição dos Sras. e Srs. Deputados na Secretaria do Conselho.

Os documentos resguardados por sigilo estarão disponíveis para vistas somente na Secretaria do Conselho.

Ordem do Dia.



A presente reunião tem como finalidade a oitiva das seguintes testemunhas: Sr. Manoel Neto, testemunha arrolada pelo Conselho de Ética, por intermédio de requerimento aprovado na reunião do dia 4 de maio último...

Parece-me que o Sr. Manoel Neto não compareceu e não mandou nenhuma correspondência.

Foram arroladas mais três testemunhas.

Chamo o Sr. Williams Cavalcante de Oliveira, primeira testemunha a ser ouvida.

Solicito à Secretaria da Mesa que faça a testemunha adentrar esta sala.

Nobre Deputado Carlos Sampaio, este Conselho não pode continuar desta forma. Nós não podemos ser um conselho que não tem força, um conselho à mercê da vontade de quem quer que seja. O convidado vem aqui se quiser.

Agradeço ao Sr. Williams Cavalcante de Oliveira a presença. Fique à vontade. Este não é nenhum tribunal de inquisição. Queremos saber a verdade. Algumas perguntas serão feitas para esclarecer o caso da Deputada Jaqueline Roriz.

Fique completamente à vontade. O Presidente, o Relator e os Deputados apenas querem fazer-lhe algumas perguntas para tirar algumas dúvidas sobre o caso que estamos apurando da Deputada Jaqueline Roriz.

Peço ainda ao senhor que assine o termo de compromisso, de acordo com o art.12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que é o seguinte:

“Presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 001, de 2011, e a Representação nº 1, de 2011, instaurada contra a Deputada Jaqueline Roriz.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 2011.

Williams Cavalcante de Oliveira.”

Na verdade, o processo está aqui. Todos têm conhecimento . O senhor tem conhecimento, e é sobre ele que nós queremos saber. Por favor.

Srs. Deputados, este Conselho não pode continuar desta forma. Estamos realmente engessados, manietados. Peço aos Srs. Deputados que se fazem presentes que, junto as suas Lideranças e aos nossos colegas Parlamentares, à



Presidência e à Mesa, solicitem agilidade na votação do processo que está sobre a mesa para ser votado, o qual, por duas vezes, por duas quintas-feiras, esteve para ser votado, mas na última o Sr. Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto pediu para retirá-lo para discutir. Não conseguimos ainda conversar com S.Exa. Há alguns pontos de divergência, pontos com que não concordamos.

O Deputado, em seu relatório, quando era Corregedor desta Casa, colocou num dos esclarecimentos que nos artigos que ele propõe consta que, para ser membro do Conselho de Ética, é preciso ser da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Ora, acho isso um descalabro, porque assim vamos fazer nesta Casa a divisão de dois tipos de Deputados: os Deputados da CCJC, os Deputados classe A, que podem fazer parte do Conselho de Ética, e os outros quatrocentos e tanto não podem fazer parte do Conselho porque não são da CCJC. São esses últimos Deputados os de segunda classe.

Essas coisas são muito ruins para esta Casa e para os Deputados. Temos de demover o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto dessa ideia. Tenho a impressão de que S.Exa. não atentou para este caso, e temos de demovê-lo desse pensamento, porque não é possível que esta Casa regrida. Temos de avançar e não regredir.

Esse é um dos pontos vitais para que este Conselho possa continuar. Embora eu faça parte da CCJC, se prevalecer essa vontade, serei o primeiro a renunciar à Presidência do Conselho.

Não posso entender nem compreender que tenhamos nesta Casa... Todos foram eleitos pela vontade do povo, todos são Deputados, todos têm direito a um voto, apenas um voto. Então, não pode haver Deputados de primeira e de segunda classe.

Este é o meu pensamento e, acredito, o de todos os conselheiros deste Conselho de Ética.

Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos a serem adotados para esta reunião serão os seguintes: inicialmente, será dada a palavra, como sempre, ao Relator, Deputado Carlos Sampaio, para as perguntas, que poderão ser feitas neste e a qualquer momento que S.Exa. entender necessário.



Após a inquirição inicial será dada palavra à representada ou aos seus procuradores (art.12, incisos II e III), que são os senhores advogados presentes.

A chamada para que os Parlamentares inquiram o depoente será feita de acordo com a lista de inscrição, que já deve estar sendo passada.

Chamaremos primeiro os membros titulares e, em seguida, os membros suplentes, que terão o prazo de 10 minutos para fazer suas perguntas e 3 minutos para a réplica.

Será concedida aos Deputados não membros do Conselho a metade do tempo concedido aos seus membros, de acordo com o art. 12, inciso VI.

O Deputado, quando usar da palavra, não poderá ser aparteado, nem interrompido, exceto pelo Presidente ou pelo Relator.

Para atender às formalidades legais, será firmado pelo depoente termo de compromisso — já foi feito —, de cujo teor já fiz a leitura.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, para as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, permita-me fazer um breve relato sobre as ponderações feitas por V.Exa., muito bem elaboradas, sobre a importância deste Conselho de passar a ter o poder de requisição, o poder de convocação que não nos é dado, prerrogativas importantes para um conselho que obviamente investiga. E quero também fazer um registro.

Este é um caso específico que, por conta de os fatos terem se passado em um contexto que envolveu a Polícia Federal, a Câmara Distrital e o Supremo Tribunal Federal, nos traz os subsídios necessários, todos os elementos de convicção necessários para que possamos ao final emitir um juízo de valor e submetê-lo a este egrégio Conselho. Mas não é a regra. Como regra, temos de buscar documentos, buscar depoimentos, buscar pessoas que possam de alguma forma — com algum tipo de prova pericial, documental ou testemunhal — referendar aquilo que foi apresentado contra o Parlamentar representado.

Este, repito, talvez seja um caso atípico, porque o contexto probante, o conjunto de provas, é bastante vasto no sentido de termos como emitir um juízo de valor, um juízo de convencimento sobre o caso.

Faço esta preliminar, Sr. Presidente, para justamente dizer que o caso específico sobre o qual as testemunhas falarão hoje, testemunhas essas que não



foram arroladas pela Relatoria, mas sim pela douta Defensoria, diz respeito a uma questão eminentemente técnica de concebermos ou não a possibilidade do pagamento com verba indenizatória do condomínio por parte da representada.

É um aspecto que reputo eminentemente técnico e regimental. Daí o porquê de não termos arrolado nenhuma testemunha para abordar este tema. Os outros elementos de convicção são mais relevantes para este caso específico dos quatro referidos na representação. São mais importantes do que o testemunho propriamente dito.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu não tenho nenhuma pergunta a fazer ao depoente. Portanto, fique V.Exa. à vontade para deixar a inquirição para quem efetivamente arrolou a testemunha, o advogado de defesa, Dr. Rodrigo Alencastro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Passo a palavra neste instante ao advogado Dr. Rodrigo Alencastro, tendo já se inscrito o Deputado Ricardo Izar para fazer perguntas.

Até o momento, só os Deputados Ricardo Izar e Fernando Francischini se inscreveram para fazer perguntas.

Com a palavra o nobre advogado, Dr. Alencastro.

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Exmo. Sr. Presidente, Deputado José Carlos Araújo, Presidente deste douto Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na pessoa de quem gostaria de cumprimentar os seus eminentes pares, componentes deste egrégio Conselho; Exmo. Sr. Deputado Carlos Sampaio, Relator da Representação nº 1, de 2011.

Gostaria de, fazendo uma abordagem preliminar — apenas para justificar a ausência do Sr. Manoel Neto, marido da nossa constituinte —, dizer o seguinte, Exmo. Sr. Presidente, ainda que sejam muito justas e corretas as preocupações deste Conselho em ter poder de coerção, de convocação das testemunhas, há aqui uma diferença básica na convocação do Sr. Manoel Neto, devido a sua condição de marido da representada.

E, além de ele não possuir nenhuma condição de acrescentar qualquer informação, qualquer elemento à representação que vem sendo diligentemente conduzida pelo eminente Deputado Carlos Sampaio, Relator, na condição de



cônjuge da representada, ele estaria eximido até mesmo de comparecer perante o próprio Poder Judiciário, segundo o art. 206 do Código de Processo Penal.

Então, ainda que corretíssima a preocupação do Exmo. Sr. Presidente, acompanhado certamente pelos eminentes componentes deste Conselho, a situação é bem distinta da outra testemunha que foi convocada. Por certo, estaria liberado de prestar os seus esclarecimentos.

E um segundo aspecto que eu gostaria de levantar respeitosamente é que a convocação das testemunhas aqui trazidas na data de hoje deve-se ao fato de que, apesar de a questão do pagamento do condomínio do escritório parlamentar da Deputada Jaqueline Roriz estar sendo questionada na representação, realmente poder ser demonstrada meramente por documentos e provas que já constam dos autos, eu tenho visto lamentavelmente que tem havido uma confusão não só no funcionamento do seu escritório parlamentar, do seu escritório político, mas também na destinação dessa verba, repito, que foi destinada unicamente para o pagamento do condomínio que a pessoa jurídica, independentemente do proprietário da sala, em relação à qual não há nenhuma vedação na normatização aplicável nas normas desta egrégia Casa.

Fazendo essas breves colocações, eu gostaria de saber do Sr. Williams qual a função que ele detém no escritório político da Deputada Jaqueline Roriz.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Eu sou o coordenador do escritório político da Deputada Jaqueline Roriz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Williams, só para esclarecer. As perguntas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Desculpem-me. Eu perguntei ao Relator se a pergunta seria dirigida diretamente a mim ou ao Presidente. O Relator me informou que seria dirigida diretamente a mim e a mim caberia a resposta. Então, eu atrolei a participação do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não há nenhum problema, V.Sa. não cometeu nenhum erro. Na verdade, as perguntas poderão ser dirigidas a mim. Neste caso, o senhor já respondeu à pergunta e eu autorizarei — ou eu ou o Relator, que estava inadvertido, porque eu tenho certeza de que ele



conhece o Regimento muito mais do que eu. Mas inadvertidamente o Relator, para ganhar tempo processualmente, deve ter adiantado.

Mas tudo bem. O Relator fez muito bem. Então, as perguntas serão dirigidas a mim e eu autorizarei direto. Ou eu ou o Relator poderemos autorizar o senhor a responder. Pois não.

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Eu também peço desculpas, Sr. Presidente. Eu já me dirigi diretamente... É a mudança da praxe judicial, o hábito... É nesse sentido. Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente...

Sr. Williams, nessa condição de coordenador, quais as atividades que o senhor desenvolvia no escritório político da Parlamentar?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - O escritório político da Deputada Jaqueline deve funcionar, a exemplo dos demais escritórios regionais dos Srs. Deputados, como uma base de acolhimento das lideranças. E, no nosso caso, principalmente das lideranças comunitárias, que são a grande base política dela. Então, o escritório recebe principalmente as lideranças comunitárias, alguns líderes religiosos, que, nesse processo, procuram o escritório principalmente para prestar solidariedade, obter informação, procurar cooperar, colocar-se à disposição da Deputada e do escritório, procurando ajudá-la de alguma forma durante todo esse processo que nós estamos enfrentando ultimamente.

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Sr. Williams, eu gostaria de saber desde quando o senhor está trabalhando lá no escritório político.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Eu fui o coordenador-geral da campanha da Deputada. E, após a eleição, continuamos preparando as atividades dela para o exercício do mandato de Deputada Federal.

Então, nós ligamos a campanha ao exercício do mandato. E o escritório, desde janeiro, já vem funcionando, recebendo nossos companheiros de sustentação da base política da Deputada.

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Sr. Williams, quantas pessoas trabalham lá na representação, no escritório político?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - O escritório é mínimo. Nós temos 3 pessoas só. Nós temos um que cuida de um *site* e auxilia. Todo mundo lá faz tudo, mas nós temos um especialista que cuida de um *site*, temos uma fotógrafa



que a acompanha e nos acompanha em eventos na própria comunidade. E esses três também recepcionam os companheiros que procuram o escritório para troca de opiniões, para alguma coisa de seus interesses.

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Obrigado, Sr. Williams.

Especificamente sobre a destinação da verba de representação para o pagamento das atividades do escritório, o senhor tem conhecimento desse aspecto, do fato que é narrado na representação? Para qual finalidade foram destinados os valores?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - É, nós só fizemos um pagamento, que foi de condomínio. Obviamente, nós estamos querendo ampliar o pagamento. Já que a sala nos foi cedida gratuitamente, queremos pagar a luz e queremos pagar um telefone. Estamos aguardando consultas que fizemos nesse sentido. Aluguel não existe. A sala foi cedida gratuitamente pelo esposo da Deputada, e nós só fizemos um único pagamento de condomínio. E queremos, estamos atrás de procurar pagar um telefone e a energia elétrica do cômodo.

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - O.k. Sr. Presidente, eu estou satisfeito com a oportunidade de fazer perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Há dois Parlamentares inscritos. O primeiro é o Deputado Ricardo Izar.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, primeiro, eu queria dizer da minha tristeza, como autor do requerimento também, pelo fato de o Sr. Manoel Costa de Oliveira Neto ter sido convocado e não ter vindo. E concordo com o senhor sobre a urgência da votação do projeto de autoria do Deputado Carlos Sampaio.

Quero dizer que sei que o senhor está triste e, se o senhor renunciar, também saio do Conselho, porque nós estamos querendo um conselho sério.

Eu queria, primeiro, perguntar ao Sr. Williams qual é o grau de relacionamento dele com a Sra. Jaqueline Roriz. É íntimo esse relacionamento? É de amizade? Existe um relacionamento de amizade? Há quanto tempo existe esse relacionamento? E como foi conviver com essa... Houve uma tristeza muito grande na família no momento em que os fatos que foram divulgados pela imprensa?

Eu faço todas as perguntas de uma vez agora?



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Como V.Exa. preferir. Faça todas as perguntas agora ou aos poucos.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Deixe-o ir respondendo as perguntas para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Bom, Deputado, o meu relacionamento com a Deputada vem de um relacionamento familiar com o pai da Deputada, que foi Deputado Federal pelo Estado de Goiás. Desde lá nós o acompanhamos. E eu fui cuidando dessa área comunitária. Fui me envolvendo e me especializando nisso, nesse contato com os movimentos comunitários, que sempre foram a grande base dele.

Então, desde Goiás, desde Goiânia, que nós cuidamos desse relacionamento do pai dela com o movimento comunitário. E, chegando aqui, nós continuamos esse relacionamento. Fui convidado a participar do Governo dele em vários cargos. Fui administrador do Paranoá, fui diretor-executivo da Fundação do Serviço Social, e todos os cargos ligados ao movimento comunitário. Fui o primeiro diretor do programa de habitação do Governo dele. Então, toda a minha participação na família dela foi ligada à área do movimento comunitário.

Quanto ao... A segunda parte da pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu perguntei: quando aconteceu o episódio, como foi a reação? O senhor, que estava convivendo com ela, sabe se foi uma tristeza muito grande? Como foi o teu sentimento também junto à família?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - De tristeza profunda, Deputado. De tristeza muito grande por parte de todos nós assessores, líderes comunitários e familiares.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - O senhor trabalhou durante a campanha da Deputada Jaqueline Roriz. Nesse período, o senhor era funcionário deles? Estava como funcionário registrado?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Não. Eu tenho uma atividade particular. Nós temos uma firma chamada BSB Tecnologia, na qual eu tenho um filho que trabalha como engenheiro e dirige essa empresa para nós. E eu



tenho participação nessa empresa. Então, tirei um horário para ajudar, para coordenar a campanha da Deputada.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - O Durval alega que fez os pagamentos para a Jaqueline Roriz para existir um apoio ao Governador Arruda. Mas, na verdade, quem ela apoiou? Ela apoiou quem para candidato a Governador? Para quem foi que ela deu apoio abertamente?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Em 2006, Deputado, eu não estava coordenando a campanha da Deputada. Foi uma campanha de Deputado Distrital. Eu coordenava o movimento denominado Força Azul, que só cuidava de candidatos majoritários. Então, eu cuidava da campanha do pai dela ao Senado e do Governador Arruda ao Governo do Distrito Federal. Não sei como se procedeu a campanha dela para Deputada Distrital

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Quanto à questão da sala, do escritório alugado, foi feito um termo de comodato?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Foi feito um oferecimento por escrito. O marido colocou, fez uma espécie de... Eu não me lembro do termo, do tipo de documento. Mas foi feito um documento colocando a sala a custo zero para a Deputada utilizar.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Está bom.

Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra... Alguma outra pergunta? Está satisfeito, Deputado Izar?

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nosso querido amigo, Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu queria saber do depoente se, tendo essa proximidade, trabalhando com a família Roriz, se ele acompanhava os bastidores do que acontecia nos últimos anos. Nós vemos que é uma pessoa extremamente ligada ao Governador. Ele acompanhava a filha no seu primeiro mandato distrital e, agora, a acompanha em seu mandato federal. Realmente, é alguém que conhece os bastidores políticos da família Roriz, sabe o acontece no seu entorno.



A primeira pergunta é se ele acompanhou, Presidente, toda a tragédia, vamos dizer assim, que foi a delação premiada do Sr. Durval Barbosa, há 2, 3 anos.

Gostaria de saber se ele acompanhou, se ele tem ciência dos fatos políticos e jurídicos que aconteceram em volta daquela delação premiada.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Só um esclarecimento, Deputado. Na eleição de 2006, a Deputada Jaqueline foi candidata a Deputada Distrital. Eu não tinha envolvimento na campanha dela. Eu cuidava da campanha do pai dela, que era candidato a Senador, e do Governador Arruda, coordenando um movimento, como já falei, denominado Força Azul. Então, eu não acompanhei a campanha dela em 2006. Vim acompanhar agora a campanha de 2010.

Quanto aos fatos que envolvem a delação premiada de Durval, são públicos e notórios. É público e notório. Todo cidadão acompanhou. Todo cidadão se estarreceu, todos os cidadãos, principalmente os moradores de Brasília, ficaram muito preocupados, ficaram estarrecidos com todas essas denúncias.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, na época, o Sr. Williams tomou conhecimento, naquela primeira delação premiada, da divulgação de algum vídeo sobre a Deputada Jaqueline Roriz? Ou, na delação premiada, àquela época ainda lá atrás, quando o Governador Arruda foi praticamente delatado pelo Sr. Durval Barbosa, apareceu algum fato ou o vídeo foi divulgado àquela época?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Não, Deputado. Nunca houve comentário nenhum, pelo menos do meu conhecimento, sobre nem a existência desse vídeo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Se ele recorda, se foi este ano e o mês, quando esse vídeo veio à tona, Sr. Presidente.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - O vídeo veio à tona, pelo que nós sabemos, imediatamente. Eu li alguma coisa inclusive a respeito de que ele estava perdido. Alguém o achou e o divulgou. Essa é uma das informações que nós temos. Eu não sei precisar, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, se ele ouviu da Deputada Jaqueline Roriz ou de algum funcionário, ou se ele tem conhecimento de que 2 dias antes da entrega, da divulgação pela mídia dessas fitas,



de que alguém interessado na cassação da Deputada Jaqueline Roriz manteve um encontro num restaurante, aqui em Brasília, com o Sr. Durval Barbosa. Se ele tomou conhecimento ou ouviu, da Deputada ou de algum funcionário, de alguém em Brasília, sobre um encontro em um restaurante de Brasília de alguém interessado na cassação da Deputada Jaqueline Roriz, dois dias antes da divulgação desse vídeo.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Não, Deputado, desconheço totalmente o fato.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI – Sr. Presidente, no dia 13 de janeiro, para encerrar as minhas perguntas, o Ministério Público Federal fez a apreensão da referida fita da Deputada Jaqueline Roriz, passados mais de 2 anos do início da delação premiada do Sr. Durval Barbosa, mostrando aquilo que vimos debatendo aqui — e que foi acalorado pela falta e pelo desrespeito do Sr. Durval Barbosa para com esta Comissão —: que ele guardou vários vídeos. E nós temos conhecimento de que, no depoimento do Sr. Durval Barbosa, ele disse que um funcionário achou uma fita antiga, e, por graciosidade, entregou a ele, em janeiro deste ano, de volta, a fita que não havia sido entregue, da Deputada Jaqueline Roriz. E ele, por graciosidade, resolve completar a delação, que, no meu entendimento, foi rompida, já que ele fez um pacto com o Ministério Público de entregar tudo o que ele tinha em suas mãos.

Então, acho que esse é um fato relevante, para esta Comissão não ser usada, para que este Conselho de Ética também não consiga atingir os objetivos do Sr. Durval Barbosa.

E completo que mais três Deputados Distritais estão citados nesse depoimento, que ainda existem vídeos desses três Deputados, e que existem cenas de pagamento de propina desses três, e que ele não entregou ainda as vídeos ao Ministério Público, que estão no depoimento dele, porque ainda não os encontrou.

Será que são essas três próximas bolas da vez que vão chegar para nós, Sr. Presidente?

Era isso o que eu tinha a perguntar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Tem alguma coisa a responder?



O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Não, Presidente. Sem comentários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O Deputado está satisfeito?

Só complementando a pergunta do Deputado, o senhor — o Presidente vai fazer uma pergunta —, durante esse tempo todo, teve conhecimento de alguma outra doação que tenha sido dada nesse período à Deputada Jaqueline?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Não, Deputado. O conhecimento meu restringe-se àquilo que nós prestamos conta perante o Tribunal Regional Eleitoral. Não tenho conhecimento de outro tipo de doação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Então, toda a doação que o senhor recebeu foi para a prestação de contas.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Toda a doação que nós recebemos durante a campanha de 2010 está na prestação de contas do Tribunal Regional Eleitoral

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O senhor recebeu alguma, diretamente?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Não, eu não. Nós recebemos. Nós tínhamos uma tesouraria, um financeiro que cuidava disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Quem era o financeiro?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - O nosso financeiro... Deputado, eu não me lembro do nome no momento, não. Mas nós tínhamos um departamento que ficava fora do comitê, que cuidava dessa prestação de contas, cuidava desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Havia uma pessoa designada para ser o financeiro.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Havia uma pessoa designada para cuidar disso, e fazer as devidas prestações de contas.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, é um absurdo o coordenador de campanha não saber quem cuida da área mais sensível de uma campanha, que é o tesoureiro, quem recebe o dinheiro. O senhor, que já foi candidato, e vários aqui... Acho que o mínimo — estamos aqui numa colaboração,



Deputado Wladimir Costa, o senhor está vendo como nós estamos num clima amistoso aqui — é sabermos o nome do financeiro da campanha, para que possamos...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Eu só vejo que ele não é obrigado também a saber porque...Uma campanha, a pessoa está extremamente ocupada, é com bandeirantes na rua, é com formiguinhas na rua, é com carro de som, é com isso, é com aquilo. Então, ele pode ser um coordenador-geral de campo.

Geralmente, todos nós temos alguém específico para cuidar dessa questão financeira, da administração financeira, até porque a prestação de contas ao Tribunal Regional Eleitoral é extremamente complexa.

Então, eu vejo que o Sr. Williams é obrigado a ter um cérebro de um megacomputador e saber o nome de todo mundo.

Então, não... É essa a minha interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Quantas pessoas trabalhavam no comitê?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, nós tínhamos uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - No núcleo do comitê.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - No núcleo do comitê? Talvez umas 18, 20 pessoas.

Agora, o financeiro ficava fora. A Deputada é que tinha esse contato direto. Nós cuidamos da parte essencialmente política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mas fora... No mesmo prédio ou noutro prédio?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Não, noutro local. No comitê não funcionava o financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - E o senhor se lembra de que local era esse?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Não. Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Também está inscrita a Deputada Marcivania para fazer perguntas ao Sr. Williams.



A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Obrigada, Sr, Presidente.

Sr. Williams, eu quero saber se o escritório onde funcionava o gabinete parlamentar da Deputada foi registrado, cadastrado aqui na Câmara, como sendo gabinete da Parlamentar. No recibo em que prestavam contas para o Núcleo de Fiscalização e Controle da Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar — NUVEP realmente consta que é um recibo de condomínio, o valor do condomínio, e se esse local, esse escritório foi cadastrado anteriormente como um escritório da Parlamentar.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - É, o condomínio, inclusive, foi pago com desconto; porque pagamos antecipadamente, tivemos um pequeno desconto. O escritório, sim, é do conhecimento da administração da Câmara, a localização, a existência dele. É um escritório legal, funciona legalmente. Tomamos as providências que nos orientaram, que aqui, na Câmara, recebemos orientação para fazer.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Inclusive, constando nessa prestação de contas, na verdade, eles exigem, no ato do cadastro, que seja comprovada a propriedade. Então, foi comprovada a propriedade?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Foi comprovada, Deputada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Você têm cópia da...? Temos como acessar isso?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Temos. Inclusive, no processo tem cópia.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - No processo tem...

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Tem cópia, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputada, esses documentos foram anexados à Defesa.

Mais alguma pergunta, professora?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Não, obrigada. Era só isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Os Sr. Parlamentares têm ainda alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Posso complementar a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Se ele conhece e já esteve na presença do Durval Barbosa nos últimos anos.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Eu o conheço, até porque fiz parte de um Governo do qual ele também fez parte.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Se ele conhece o Sr. Francinei Arruda.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Não, Deputado, não conheço.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Já ouviu falar nele?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Não, não ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Algum outro Parlamentar quer fazer alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Inquirição, perguntas ao Sr. Williams não quero fazer, mas novamente trago à baila o comportamento do Durval Barbosa, porque eu vejo, nobre Presidente, que ele está querendo, inclusive, usar este Conselho como massa de manobra para supostas negociações, transações ilícitas, nesse burburinho de que possui vários e vários nomes, inclusive em depoimentos de Parlamentares, e não declara o nome dessas pessoas.

Volto a questionar que Durval Barbosa, por inúmeras e reiteradas vezes, informou, sem citar nomes, que existem vários membros da Câmara dos Deputados que passaram pela sua armadilha, que passaram pelo seu escritório de negociatas, e que foram contemplados com recursos ilícitos.

Agora, ele não divulga os nomes. Ele fica divulgando os nomes em doses homeopáticas, enquanto nós estamos aqui, no Conselho de Ética, ficamos quase que acéfalos, porque o próprio nobre Relator, o Deputado, não quis fazer nenhuma pergunta. Ele já declarou que existem todas as provas cabais dentro do processo, que o seu testemunho não iria contribuir exatamente em nada.



Então espero que nós não estejamos sendo usados como massa de manobra do “herói brasileiro”, entre aspas, Durval Barbosa, com uma série de nomes, de supostos vídeos com imagens nítidas de Parlamentares Federais, Parlamentares Distritais recebendo propinas oriundas de transações ilícitas.

Temos que ter muita cautela, muita habilidade, muita ética, muita transparência, muita tranquilidade, para lidar com este caso que envolve a Deputada Jaqueline Roriz.

Somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Wladimir Costa, o Relator se ausentou por breves instantes, mas o que ele me disse é que a testemunha foi arrolada pelo advogado de defesa, para sustentar a defesa da Deputada Jaqueline Roriz, que ele tem, no processo, todos os depoimentos.

Na verdade, eles vieram mais para falar sobre o problema do pagamento do condomínio, que é um problema técnico...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - É compreensível, Presidente, é compreensível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - ...que os papéis que estão sendo apresentados para o NUVEP e para a própria Casa falam por si. Portanto, independem do depoimento de um funcionário ou não, porque esse já é um problema que se pode ver dentro dos documentos da própria Casa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Então esse assunto está superado. A questão do NUVEP está superada, não há mais nada. Isso tem que ser inclusive excluído da denúncia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu acho que cada um pode expressar neste microfone o seu pensamento, o seu juízo. Lógico que, depois, todas essas perguntas, todas as observações dos senhores serão condensadas ou não pelo Relator.

Portanto, se está superado ou não vamos ver no desenrolar do processo...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - O senhor mesmo falou que os documentos já estão apensados ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Já estão apensados, mas, com isso, eu estou dizendo que os documentos podem ser manuseados,



podem ser vistos e que servirão de provas a favor ou contra. Eu não emiti opinião sobre esses documentos, sobre o que vão ser.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Positivo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eles estão aqui para ser consultados, e o Relator vai manuseá-los.

O Relator se ausentou neste instante, porque tem um compromisso rápido no serviço médico, mas deve voltar já. E eu estou aqui... Como todo depoimento é gravado, qualquer dúvida que o Relator venha a ter, ele vai tirar nas gravações e nas notas taquigráficas deste depoimento aqui. Portanto...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Sr. Presidente, só 1 minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Eu só quero registrar aqui uma incoerência do cadastro do escritório, de datas. Ele foi registrado dia 1º de janeiro de 2011, mas o termo de cessão de uso é de 1º de fevereiro de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputada, na verdade, o que foi dito é o seguinte: em 1º de janeiro, quando o escritório começou a funcionar, ela não era Deputada. Ela tomou posse em 1º de fevereiro...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Não, só a incoerência da data, porque primeiro se cede, depois se cadastra. Então houve o cuidado de o escritório ter sido cadastrado antes de ser sido cedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, ele não cadastrou. Ele não cadastrou porque ela não era ainda Deputada, então não podia...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Então foi um erro. Foi isso que eu disse, que houve a inconsistência de data. Acho que ocorreu um erro no registro de 1º de janeiro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, em 1º de janeiro, ele pode ter aberto o escritório, mas não estava formalmente registrado na Casa. Ele só poderia ser registrado na Casa após a posse da Deputada Jaqueline Roriz.

Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Está aqui que foi recebido dia 2 de janeiro, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Há algum erro de digitação ou de... Mas não pode, porque os escritórios dos Deputados que tomaram posse agora, em 1º de fevereiro, só puderam ser registrados na Casa depois do dia 1º.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Dia 1º de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - No dia 1º ocorreu a posse. E, depois, no dia 2, começaram as formalidades legais na Casa. Então só após essa data é que puderam ser registrados os escritórios aqui.

Agora, pelo que ele disse, o escritório já funcionava antes, porque qualquer pessoa pode ter um escritório.

O documento que V.Exa. tem, que está na sua mão, pode conter uma incoerência na data.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, Deputado. Antes, porém, o Deputado Edio Lopes estava inscrito, havia pedido a palavra.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, antes de formular um requerimento, ainda que verbal, a V.Exa., gostaria de expor a minha preocupação, ao ouvir, há pouco, o Relator — lamento que ele não esteja presente para ouvir o meu pensamento —, com a forma com que ele abordou a sua dispensa em qualquer questionamento ao depoente.

Sabemos que é do seu livre arbítrio inquirir ou não, mas a forma como ele abordou isso nos causou preocupação. O Relator nos transmitiu que já tem um juízo de valor. E isso é preocupante neste estágio de encaminhamento dos trabalhos deste Conselho. Isso é muito mais inerente, muito mais um comportamento de membro do Ministério Público. O Ministério Público é que acha que já tem elementos, que é o dono da verdade, que acabou, não quer ouvir mais ninguém e pronto. Então, isso nos causa preocupação.

Segundo, requeremos a V.Exa, data vênia, que suspenda os trabalhos deste Conselho até que o Sr. Relator volte. Porque nós sabemos que ler ata, ver notas taquigráficas é um trabalho muito difícil para ser levado a efeito. Vejam pelo volume



de papéis que se produz no Conselho, que se produz em uma Comissão desse porte.

Portanto, requeiro a V.Exa. que esperemos o retorno do Relator para a continuidade dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, na verdade, eu não vejo nenhuma necessidade disso, porque o que o Deputado Carlos Sampaio disse, no exercício do seu mandato como Relator, é que a testemunha foi arrolada pela defesa. Então, qualquer coisa que venha a contribuir na defesa, logicamente, como Presidente, eu chamarei a atenção dele e mostrarei. Ele vai ouvir a fita e vai ver alguma coisa que será necessária para completar seu juízo de valor. Tenho certeza absoluta de que o Deputado Carlos Sampaio ainda não tem nenhum juízo de valor formado. O que ele tem são documentos que está lendo, são peças fornecidas por outros órgãos e a parte jurídica que conhece, pois é bacharel em Direito. Está estudando bem o assunto.

Pode ficar tranquilo que isso não vai prejudicar o andamento dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Mauro Lopes.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sr. Presidente, é interessante o questionamento que a nobre Deputada fez com referência à data de abertura do escritório posteriormente registrada na Casa. As despesas de condomínio somente terão validade após a posse. Clareou bem a mente de todos nós.

V.Exa. mesmo disse e explicou bem que, realmente, ela não poderia, de forma nenhuma, registrar como escritório parlamentar, antes do dia 1º de fevereiro. Então, é o mesmo questionamento que fiz aqui. Nós também não podemos ficar fazendo julgamento de uma pessoa que não era Parlamentar em 2006. Vamos julgar aqui um assunto que não é da nossa competência, porque ela não era Parlamentar.

Aqui diz: é Comissão de Ética, de comportamento de Parlamentares. Ela não era Parlamentar em 2006. Era cidadã comum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Mauro...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Tanto que eu queria perguntar o seguinte à testemunha: só queria que o senhor confirmasse para nós se, realmente,



quando ocorreram esses fatos com o Durval Barbosa, se foi em 2006 mesmo, e se ela tinha mandato Parlamentar desta Casa, na época. Eu queria que o senhor respondesse.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Nem aqui, Deputado, nem em Casa nenhuma. Ela não tinha nenhum mandato parlamentar.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Muito obrigado.

Então foge à nossa competência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, quanto ao fato das testemunhas de defesa, é justamente sobre o condomínio. Essa é uma tese de defesa que o próprio Relator acata. Portanto, acho que formalmente temos de ouvir, porque o processo exige, mas é uma tese que o próprio Relator, vendo a documentação, já está com o juízo formado nesse sentido de que realmente é uma parte administrativa e que é devido o pagamento do condomínio sair, visto que não foi pago o aluguel. Portanto, é só para tranquilizar o Deputado.

Deputado Onyx Lorenzoni com a palavra.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, a Deputada Professora Marcivania solicitou-me que também verificasse. Realmente há um problema grave. Eu tenho muita preocupação e muito respeito com os funcionários da Casa, mas quem fez esse registro cometeu um equívoco que, espero, seja de data. Foram duas datas diferentes. A Parlamentar, teoricamente, teria apresentado o cadastro no dia 1º de janeiro de 2011. Isso a Professora Marcivania pegou com muita clareza. Não sei se a Casa funcionou no dia 1º de janeiro, mas está registrada essa data, e o registro é do dia 2 de janeiro. É algo muito curioso o Parlamentar novo descobrir o seu número muito perto da posse ou no dia da posse. Como, no dia 2 de janeiro, ela já sabia que o número da sua carteira parlamentar seria 409?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Seria o quê?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O número da carteira parlamentar: 409. Como alguém saberia, em 2 de janeiro, qual seria o número da sua carteira parlamentar? Acho muito estranho isso e penso que merece o Conselho ir ao setor competente.

A Professora Marcivania encontrou uma inconsistência bastante grave e precisa ser compreendida. O termo de cessão do dia 1º de fevereiro está dentro do



que determina a resolução. Não há nada a questionar. Só que me causa espanto saber que no dia 1º de janeiro, porque a assinatura está aposta nessa data, a Parlamentar já sabia o seu número parlamentar, antes da distribuição das carteirinhas da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. tem toda razão. Nós vamos, o Conselho...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu espero que tenha sido um erro do funcionário, que se equivocou na data. Só isso. Como o recebido está 2 de janeiro de 2011, poderia ser o contrário, 1º de fevereiro, e ele se atrapalhou. Espero que seja isso, mas que está errado está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Quero agradecer à Deputada Marcivania e ao Deputado. O Conselho vai averiguar se há um erro, o que houve. Não posso responder agora o que aconteceu nesse processo.

Qual é a página?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Página 151.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Vamos averiguar.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Na próxima sessão, a Deputada terá a resposta.

Mais alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, gostaria de perguntar se ele é médico ou têm algum homônimo com algum médico aqui, no DF.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Não Deputado, não sou médico.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Tem um homônimo aqui: José Williams Cavalcante de Oliveira? O senhor já fez concurso público, Sr. Williams?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Já.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor passou no concurso?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Passei.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor apresentou, antes de tomar posse, certidão de antecedentes criminais da Justiça?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Sim. O que o concurso pede a gente apresenta.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor acha que se tivesse cometido algum fato que desabonasse sua conduta teria tomado posse no referido concurso ou não?

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Acho que não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Só isso, Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Presidente, são os vícios, promotor e polícia federal. Vícios às vezes no bom sentido, colega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Presidente, eu tenho faltado muito às reuniões deste Conselho, mesmo na condição de suplente. Mas solicito a V.Exa. que me informe se, ainda que em preliminar, este Conselho já decidiu se iremos, doravante, submeter a este Conselho os fatos ocorridos antes da vigência do mandato do Parlamentar, sem entrar no mérito do caso em foco. Eu só gostaria de saber se ainda que em preliminar este Conselho já decidiu sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, Deputado. O Conselho não decidiu, e o Relator, por mais de uma vez, já disse aqui que essa preliminar será respondida no bojo do seu relatório. É lógico que será tratada primeiramente. Após isso virá o relatório, que será apreciado pelo Conselho.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas creio que a qualquer momento qualquer membro deste Conselho poderá levantar essa preliminar e, certamente, V.Exa. submeterá ao Pleno deste Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Logicamente, todo conselheiro tem direito de levantar qualquer preliminar. Esta Presidência, oportunamente, responderá a qualquer preliminar levantada por qualquer Deputado.



Aliás, o Deputado Sibá Machado, a bem da verdade, já levantou essa preliminar na primeira sessão deste Conselho, e o Relator respondeu exatamente o que eu respondi a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, com todo respeito que tenho ao Relator — não poderia ser diferente —, não entendo que o Relator possa decidir sobre uma questão dessa natureza. Essa questão tem de ser submetida ao Conselho. O Relator pode e deve manifestar sua opinião, mas quem decide as coisas é e será sempre o Pleno. Então, eu não posso aceitar como uma preliminar levantada e decidida por este Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, talvez devido às suas ausências, V.Exa. não tenha entendido bem as coisas.

Quero dizer a V.Exa. que quando os advogados apresentaram a defesa, ela foi calcada exatamente numa preliminar. Logicamente, é uma preliminar complexa, muito extensa e tem de ser estudada. Ninguém é dono da verdade, ninguém conhece todas as leis.

O Relator está estudando detidamente a preliminar junto com a defesa e, no momento oportuno, vai trazê-la, embora quem responde à questão de ordem é o Presidente. Mas a preliminar não veio como questão de ordem; veio como defesa. Então, foi passada exatamente para o Relator em função disso.

Mas V.Exa. não vai ficar frustrado. Terá a resposta, e não vai demorar, dessa preliminar. Pode ficar tranquilo.

Algum outro Deputado tem mais alguma pergunta? *(Pausa.)*

Não havendo mais Parlamentar que queira fazer perguntas, agradeço ao Sr. Williams a presença. Este Conselho está agradecido por sua presença e pelas respostas dadas.

Portanto, o senhor está dispensado.

O SR. WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu quero chamar agora o Sr. Leonardo de Moura Soares, segunda testemunha a ser ouvida.

Sr. Leonardo, para prestar os esclarecimentos necessários, o senhor tem de assinar um termo de compromisso perante este Concedo, que diz:



“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 001, de 2011, que é a Representação nº 01, de 2011, instaurada contra a Deputada Jaqueline Roriz.”

Deputado Fernando Francischini, V.Exa. tem alguma pergunta a fazer à testemunha?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Qual a função da testemunha e qual o relacionamento com a Deputada Jaqueline Roriz?

O SR. LEONARDO DE MOURA SOARES - Eu sou secretário parlamentar. Presto serviço no escritório parlamentar dela.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - À época, em 2006, qual era a sua função? E agora, na situação do imóvel da Ideias Multiservice, qual é a sua função?

O SR. LEONARDO DE MOURA SOARES - Em 2006, eu não tinha ligação alguma e agora eu presta serviço para a Deputada na área de informática. Sou secretário parlamentar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quem é o proprietário da Ideias Multiservice Publicidades?

O SR. LEONARDO DE MOURA SOARES - Não sei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Foi o senhor quem buscou a assinatura do termo de cessão de uso do imóvel?

O SR. LEONARDO DE MOURA SOARES - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O que o senhor veio fazer aqui, então? O senhor tem alguma coisa a contribuir com este Conselho de Ética sobre a situação que está em debate aqui hoje, Sr. Leonardo?

O SR. LEONARDO DE MOURA SOARES - Posso contribuir apenas afirmando que o escritório político está em pleno funcionamento. Desde janeiro que eu estou lá trabalhando.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Só isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Quero pedir desculpas ao Dr. Alencastro por ter concedido a palavra ao Deputado sem ouvir o nobre advogado.

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Sem nenhum problema, Exmo. Sr. Presidente.

A razão da vinda do Sr. Leonardo aqui é justamente a que já foi antecipada pelo Deputado Francischini: a demonstração de que estava em pleno funcionamento o escritório de representação parlamentar.

O Sr. Leonardo, como ele nos disse, prestava funções na área de informática.

Essa é também a minha única pergunta, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mais algum Deputado tem pergunta?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Como chamamos, é a testemunha de beatificação, conforme disse o Deputado Wladimir, na Polícia Federal, Presidente.

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Pela ordem, Sr. Presidente. Se V.Exa. me permite, quero fazer somente um esclarecimento em relação a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Ilustre Deputado, Sr. Presidente, foram veiculadas, inclusive, fotos mostrando que o escritório estaria fechado.

Esta a última pergunta que eu gostaria de fazer. O senhor viu, na imprensa, uma foto de uma sala fechada. Aquele é o escritório da Deputada? O senhor chegou a ver essa foto, Sr. Leonardo?

O SR. LEONARDO DE MOURA SOARES - Então, o que aconteceu foi que veicularam imagens na imprensa de uma sala, que é ao lado de onde funciona o escritório, que não corresponde com o local correto do funcionamento do escritório, que é a sala 2 do Edifício Oscar Niemeyer.

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Apenas isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não havendo mais quem queira fazer pergunta...

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Sibá Machado.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Eu quero tirar uma dúvida. Diante do imbróglio, se o escritório já foi devolvido, se foi encerrado o contrato, se o contrato foi (*ininteligível*), mas mesmo assim firmado, se foi devolvido ao seu verdadeiro proprietário, onde funciona atualmente o escritório da Parlamentar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O senhor pode responder, por favor.

O SR. LEONARDO DE MOURA SOARES - O escritório funciona na loja 2 do Edifício Oscar Niemeyer. Se foi ou não devolvido, realmente não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - No mesmo lugar?

O SR. LEONARDO DE MOURA SOARES - No mesmo lugar que sempre foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Parece que continua funcionando no mesmo lugar?

O SR. LEONARDO DE MOURA SOARES - Continua funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É o mesmo escritório de janeiro até hoje?

O SR. LEONARDO DE MOURA SOARES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - A minha dúvida é que — desculpe se eu estou desinformado — havia um contrato que não se coaduna com os critérios da Casa. E, como tal, deveria ter sido devolvido esse escritório de imediato e rompido o seu contrato. Mas se está mantido, posso estar enganado, a pessoa responsável deveria ter feito o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, acho que V.Exa. está enganado, porque, pelo que consta nesta Casa não foi dado entrada de documento algum do escritório: nem contrato, nem ressarcimento de aluguel. Parece-me que só o ressarcimento do condomínio. Portanto, pelo que consta, não há o contrato. Pelo menos é o que consta aqui até o momento.



O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Sr. Presidente, o senhor me permitiria, apenas para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Até para antecipar, gostaria de dispensar a última testemunha, que também é apenas uma servidora do escritório de representação.

Mas quero esclarecer ao Deputado Ricardo Izar, que fez a pergunta, à Deputada Professora Marcivania e, agora, ao Deputado Sibá Machado, que o termo de cessão de uso do imóvel foi feito no dia 1º de fevereiro de 2011. Foi registrado no Cartório de 1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília, nessa mesma data. Houve o registro no NUVEP.

Obviamente, quanto à questão levantada pela Deputada Professora Marcivania, é salutar esclarecer sobre a divergência de datas. Não acredito que ela pudesse registrar um escritório de representação parlamentar quando sequer detinha mandato parlamentar. Acredito que isso será resolvido, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Qual a data?

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - A data é só do cadastramento do escritório de apoio na Casa, na NUVEP. Consta a data de 2 de janeiro de 2011. Realmente, é subscrito pelo servidor desta Casa. Acredito que seja 1º de fevereiro, a mesma data em que foi assinado o termo de cessão do imóvel, anexado à escritura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - A cessão do imóvel foi 1º de fevereiro ou 1º de janeiro?

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Não, a cessão do imóvel está na folha 152 dos autos no dia 1º de fevereiro de 2011. Está com a firma reconhecida no Cartório do 1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília, obviamente também no dia 1º de fevereiro. O oficial do cartório assina, a escritura pública do imóvel também vem anexada e o comprovante de recolhimento tão somente da despesa de condomínio do Edifício Oscar Niemeyer, situado no Setor Comercial Sul, lote 23, loja e sobreloja nº 2, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Esse condomínio é referente a que mês?



O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Ao mês de fevereiro. Ou seja, após o início das atividades parlamentares.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, já que o advogado está tendo essa interação com o nosso Conselho de Ética, gostaria de lhe perguntar, já que ele está com as folhas abertas, quem assina pela Ideias Multiservice. A assinatura consta de um “z” e “m” ao final. Esse “z” e “m” não constam no nome do Sr. Manoel Costa de Oliveira Neto. Quem assinou esse termo de cessão do uso do imóvel que está com a firma reconhecida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - A escritã do cartório não designa...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não, Presidente. Assina pela empresa, e a escritura, na sequência...

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Desculpe-me, Sr. Deputado. Posso? (*Pausa.*) Reconheço e dou fé por autenticidade à firma de Camila Calazans Rizim, representante legal da Ideias Multiservice.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - A escritã é obrigada a mencionar o nome de quem assina, o nome de quem ela está reconhecendo a firma.

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Está aqui no reconhecimento automatizado, reconhecido pelo oficial do 1º Ofício de Notas e Protesto de Títulos de Brasília.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quem é Camila, Sr. Leonardo?

O SR. LEONARDO DE MOURA SOARES - Camila? Não conheço, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputada, alguma pergunta?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - O nosso objetivo aqui é esclarecer todos os fatos e não transformar isso num tribunal de inquisição. Então, acho que para a comprovação de que realmente o escritório parlamentar funciona — eu também tenho escritório parlamentar no meu Estado —, bastaria uma lista. Em média atendo umas 50 pessoas no final de semana que vou ao Estado. Então, deve



ser apresentada a este Conselho uma lista de pessoas que foram ao gabinete, que foram lá para serem ouvidas, para terem algum tipo de conversa, de despacho com a Deputada. Seria uma lista de pessoas com nome, endereço, para que possamos estabelecer contato, a fim de que se comprove que realmente o escritório funciona e que a verba foi usada devidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - A solicitação da Deputada...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Seria uma lista das pessoas que foram ao escritório, que não têm vínculo de assessoria, mas que foram lá para conversar, para se reunir. Enfim, para algum tipo de demanda política, de conversa. Peço uma lista, que venha do escritório, com o nome e o contato de pessoas que não tenham vínculo familiar nem que sejam assessores da Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputada, na representação, em momento algum se questionou que o escritório funcionava ou não.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não foi questionado isso. Quer dizer, não houve dúvida do pessoal quanto ao funcionamento.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Não houve dúvida quanto ao funcionamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, não houve dúvida quanto ao funcionamento do escritório.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Mas não foi mostrado? Eu assisti na imprensa. Acho que esclareceria essa questão. Foram divulgadas algumas entrevistas com pessoas do prédio que diziam: "*Não, não tem ninguém*".

Então, acho que esclareceria a este Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pelo que consta, parece que foi veiculada alguma fotografia de uma sala que não era a do escritório.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Houve entrevistas também, Presidente, com algumas pessoas que disseram que não funcionava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Se V.Exa. quiser solicitar isso, vamos solicitar do advogado da defesa que acrescenta.



O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente, todos nós somos convictos. O rapaz tem muito pouco a somar. Vamos mandar esse rapaz para o canto dele trabalhar, Presidente. Hoje é dia de votação do Código Florestal. Estamos perdendo tempo aqui com duas testemunhas que não contribuíram em nada. Vamos trabalhar. São 26 mil reais de salário para Deputado. Ficamos parados aqui, tentando arrancar deste rapaz coisas que ele não tem a oferecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, preste atenção. V.Exa. pode até achar que ele não contribuiu.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Não contribuiu, Presidente. Não contribuiu, tanto que 90% do que estão perguntando para este rapaz é sobre condomínio, e tudo sobre condomínio está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Vou dispensar o rapaz, mas não porque V.Exa. está pedindo. Já estava para dispensá-lo.

Estamos apreciando a pergunta que foi elaborada pela Deputada. Por isso mesmo eu me dirigi à defesa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Nós estamos inoperantes neste Conselho. Temos muito trabalho a fazer. A Bahia está de olho no Código Florestal. Sou um Parlamentar atuante desse Estado querido, e nós ficamos aqui. O Sr. Williams não contribuiu com nada. Este rapaz, totalmente indefeso, não contribuiu com nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, não estou aqui nem para acusar a Deputada Jaqueline nem para defendê-la.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Nem deve, é óbvio. Todos nós estamos na mesma posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Estamos aqui para levantar todas as dúvidas que os Parlamentares, conselheiros deste egregio...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - O próprio colega, há pouco, disse-me: *“O que você veio fazer aqui? Você não veio fazer nada, colega, você não tem nada para contribuir. Você tem que trabalhar e ganhar o seu dinheiro com honestidade. É isso que você tem que fazer”*.



Eu agradeço, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. tem contribuído muito com este Conselho. Tenha certeza disso. (*Pausa.*)

O senhor está dispensado.

Peço à defesa, se possível, que atenda à Deputada e liste o nome de algumas pessoas que tenham frequentado o escritório político da Deputada Jaqueline nesse período.

O SR. RODRIGO ALENCASTRO - Sem dúvida, Presidente. Apesar de não ser objeto específico, como o senhor muito bem abordou, fazemos questão de prestar esse esclarecimento, para que não paire nenhuma dúvida sobre esse tema. Vamos providenciar.

Peço dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, nobre advogado. Muito obrigado.

Já que a defesa foi quem arrolou as testemunhas e dispensou a Sra. Keila Alves Franco, não temos por que ouvi-la. Estas são testemunhas para a defesa, que a dispensou. Portanto, já ouvimos os dois.

Agora, não cabe a nós Parlamentares, que no bojo do processo estamos tentando a todo custo esclarecer as dúvidas, emitir nenhum juízo de valor. Por isso, não faço nenhuma emissão de juízo de valor quanto ao que está acontecendo com as testemunhas e os Deputados que aqui se pronunciaram. Cada um pode dizer o que achar pertinente, mas peço-lhes que não emitam juízo de valor antes do final do processo, antes do dia da votação do parecer.

Portanto, não tendo mais nada a acrescentar, ninguém mais a ouvir, agradeço a presença aos Srs. Deputados. Acho que todos têm contribuído muito com este Conselho.

Quanto às testemunhas, somos obrigados a ouvi-las, porque foram apresentadas pela defesa para completar a formalidade do processo.

Está encerrada a presente reunião.